

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 1.539 -
MA (2019/0284734-6)**

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
REQUERENTE : MARIA DALVA PEREIRA DE ALMEIDA
ADVOGADOS : JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
ERICK CARVALHO DE MEDEIROS - RN016466
REQUERIDO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Incidente de Uniformização de Jurisprudência com fundamento no art. 14 da Lei 10.259/2001, contra o acórdão proferido pela Turma Recursal do Colégio Recursal da Seção Judiciária do Maranhão - Estado de São Paulo, resumido pela seguinte ementa:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. URP DE ABRIL E MAIO DE 1988. PERCENTUAL DE 16,19%. INCORPORAÇÃO DA PROPORÇÃO DE 7/30. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INOCORRÊNCIA. PT. 7154/RO/ STJ. REPOSIÇÃO ESTIPENDIÁRIA. DECRETO LEI 2.453/88. ART. 1º DA LEI 7.686/88. ABSORÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS EM RAZÃO DOS PLANOS DE CARGOS E CARREIRAS QUE ELEVARAM O VENCIMENTO DOS SERVIDORES. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

A parte suscitante alega, em síntese, que a decisão da Turma Recursal desafia a autoridade de entendimentos jurisprudenciais consolidados tanto no STF quanto no STJ e ainda lesiona diretamente os dispositivos contidos nos art. 5, XXXVI, da CF e 1º e 3º do Decreto 20.910/1932, nas Súmulas 671 do STF e 85 do STJ.

Requer:

- a) condenar a recorrida, respeitado o instituto da prescrição quinquenal, a pagar ao autor o valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração, incluídas todas as vantagens, pertinentes aos meses de abril e maio de 1988, não cumulativamente, ou seja, pagamento dos últimos 5 (cinco) anos, da perda estipendiária no percentual de 3,77%;
- b) determinar a implantação da diferença percentual no contracheque do(a) recorrente;
- c) condenar a parte recorrida em honorários advocatícios, na forma do artigo 55, da Lei 9.099/95, no percentual de 10% sobre o valor da causa ou da condenação.

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 3.10.2019.

Estabelecem os artigos 18 e 19 da Lei 12.153 de 2009 que o Pedido de Interpretação de Lei dirigido ao Superior Tribunal de Justiça somente é cabível quando satisfeitas, cumulativa e simultaneamente, as condições lá apresentadas, quais sejam: (a) existência de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Estados ou de decisão proferida em contrariedade com súmula do STJ; (b) na interpretação de Lei Federal; e (c) que envolva questão de direito material.

Primeiramente, constata-se que recurso interposto não merece conhecimento, uma vez que a matéria de mérito da controvérsia sequer chegou a ser enfrentada pela TNU restando evidente o não cabimento do presente Incidente de Uniformização de Jurisprudência. Considerando que o Incidente de Uniformização de Jurisprudência tem como requisito a divergência na interpretação do direito material, nos termos do art. 14 da Lei 10.259/2001, e estando ausente o enfrentamento do mérito, por parte da Turma Nacional de Uniformização, inadmissível o conhecimento do incidente em tela (AgRg na Pet 10689/SC, Rel. Min. Olindo Menezes, Desembargador Convocado do TRF 1ª Região, 1ª Seção, Julgado em 26/8/2015, publicado em 14/ 9/2015).

Outrossim, verifica-se também a inadmissibilidade do presente pedido porquanto não foi dirigido contra acórdão da TNU, uma vez que não foi por ela enfrentada a matéria.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ART.14, § 4º, DA LEI 10.259/2001

1. O pedido de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça somente é cabível de decisão oriunda da Turma Nacional contrária à

súmula ou jurisprudência dominante desta Corte Superior (arts. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, e 36 da Resolução n. 22, de 4 de setembro de 2008).

2. Na hipótese dos autos, observa-se que, da decisão monocrática referendada pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais, que conheceu e proveu o recurso nominado de iniciativa da FNS- Fundação Nacional de Saúde, a requerente apresentou incidente de uniformização nacional, que foi inadmitido por decisão monocrática exarada pelo Presidente da 1ª Turma Recursal.

Todavia, não consta dos autos eventual requerimento para que aquele incidente fosse submetido ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização, e tampouco decisão proferida pela Turma Nacional. Logo, incabível o presente pedido de uniformização de jurisprudência.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg na Pet 8.864/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 14/2/2012).

AGRAVO REGIMENTAL EM INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INCIDENTE MANIFESTADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR INTEGRANTE DA TURMA NACIONAL E UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA - TNU. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO.

É requisito para a admissão e processamento do incidente de uniformização de

jurisprudência perante o e. Superior Tribunal de Justiça, sob pena de supressão

de instância, que a matéria objeto da divergência tenha sido submetida à apreciação do colegiado da e. Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência - TNU. Interpretação dos arts. 14, § 4º, da Lei nº 10.259/2001 e 36 da Resolução CJF nº 22/2008.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg na Pet 7551/PR, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 18/12/2009).

Ante o exposto, **não conheço do pedido de Uniformização de Jurisprudência**, com fundamento no art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, c/c o art. 1º, § 2º, da Resolução 10/2007, da Presidência do STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator